



XXIV CONGRESSO NACIONAL

Moção Setorial CTT – PS Porto

CTT – O Presente e o Futuro

É inegável que existe um “antes” e um “depois” da privatização dos CTT efetuada em 2013/2014 pelo Governo PSD/CDS, com dispersão integral do capital em bolsa, que **atraiu fundamentalmente investidores institucionais financeiros, interessados em retornos rápidos.**

A opção de venda de 100% do capital social excedeu as exigências do programa de resgate acordado com a troika e fez-se ao arrepio das práticas internacionais dominantes.

Sob gestão pública, os CTT foram sempre uma referência de confiança e qualidade na prestação de um Serviço Postal Público aos portugueses, ao logo de dezenas de anos e em diversos contextos políticos, sendo consistentemente considerada como um dos melhores operadores na indústria postal a nível mundial.

Obtiveram nas últimas décadas resultados financeiros positivos, antes da privatização, remunerando o acionista Estado, no **respeito pleno das obrigações do Serviço Postal Universal (SPU)**, baseados numa **política de qualidade, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável**. Também contribuíram para a criação de emprego e prestavam um serviço público muito valioso e fundamental para as populações, para o desenvolvimento do país e para a coesão social e territorial.

Infelizmente, **o “depois” é muito diferente do “antes”, e para muito pior!**

Após a privatização, constata-se uma degradação da qualidade do Serviço Postal Universal e da Rede Pública Postal que se tem intensificado com graves implicações a nível social e económico.



XXIV CONGRESSO NACIONAL

Como é fácil de perceber, o futuro dos CTT e o Serviço Público Postal, continuando sob a alçada exclusiva de privados, está comprometido dado que Estado não interveio a tempo e não foi acautelado um novo contrato de concessão mais exigente, o qual foi ao encontro e serviu os interesses exclusivos dos investidores privados em detrimento dos interesses públicos.

Mas, a Setorial CTT identificou e alertou até à sociedade tal os responsáveis políticos bem como a Tutela, em tempo oportuno, para o ***imprescindível e urgente o processo de participação qualificada do Estado Português no capital social dos CTT- Correios de Portugal, SA, conforme modelo existente na esmagadora maioria da UE, em moldes que lhe permitissem exercer um controlo de gestão efetivo e estratégico deste Ativo Nacional, de modo a dar um rumo à empresa e garantir a sua sobrevivência a prazo, no respeito pelos princípios da responsabilidade social e da racionalidade empresarial, dos direitos dos cidadãos, dos clientes e dos trabalhadores, para que os CTT continuem a contribuir para o progresso nacional e a coesão social, económica e territorial do nosso país.*** E, reiterou que o papel do Estado não se podia limitar ao exercício da função regulatória.

Tal intervenção é, além disso, uma solução considerada aceitável pela UE (resposta da Comissão Europeia para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, Elżbieta Bieńkowska, de 8/04/2019).

E, é **inquestionável que tudo está a acontecer como previsto pela Setorial** não tendo sido tomados em consideração os alertas identificados desde 2018.

É hoje claro e inequívoco que a privatização total da empresa foi um erro crasso e tem vindo a falhar.

Os trabalhadores do Grupo CTT encaram com profunda preocupação a atual e complexa situação vivida na empresa **com implicações futuras.**



XXIV CONGRESSO NACIONAL

O momento não inspira grande confiança pois, na continuidade dos anos recentes, a empresa tem acumulado sucessivos erros de gestão e estratégicos, entre outros, evidenciando-se as vulnerabilidades estruturais e de negócios, sendo os resultados trimestrais conjunturais, suportados em efeitos extraordinários, sem garantias de sustentabilidade a médio e longo prazo.

Devemos ainda estar todos muito apreensivos com o que se está a passar no operador postal português, porquanto:

- A **Qualidade**, obrigação integrante do Contrato de Concessão, e outrora um símbolo distintivo da excelência CTT, **atinge hoje mínimos históricos**. Em 2019 verificaram-se os piores desempenhos desde que há registo histórico, há 29 anos.

Mas sim, de constrangimentos operacionais, resultantes de **programas agressivos de redução de custos** com impacto no significativo **retrocesso das condições organizacionais de trabalho e na grave falta de preenchimento de postos de trabalho vagos e não contratação para substituição em período de férias e absentismo**, o que representa um **decréscimo da distribuição diária aos clientes** com qualidade, regularidade e pontualidade, responsabilidade de uma empresa por um serviço nacional essencial e de importância crítica. O caos estrutural está instalado nas Operações e nos Centros de Distribuição Postal (CDP), aqui com **milhares de objetos em saldos (encostados) com atraso de várias semanas, pondo em causa o que a Lei confere ao País e aos Portugueses, agravado ainda pela implementação de métodos de trabalho** que mais não **visa a redução de trabalhadores e a frequência da entrega diária com incumprimento dos padrões de qualidade de serviço**, além de acentuar a sobrecarga diária de trabalho até à exaustão para que se consiga que todo o serviço chegue ao destino.



XXIV CONGRESSO NACIONAL

É recorrente o recurso a trabalho precário temporário e agenciado de alguns giros de distribuição que cria **incerteza e instabilidade na distribuição**.

A gravidade da situação é confirmada pela aplicação de sucessivas multas por parte da ANACOM.

É **obrigação da empresa implementar a exploração do SPU que garanta o cumprimento dos critérios de qualidade que estão definidos pelo Estado no Contrato de Concessão, já que durante vários anos distribuiu avultados proveitos pelos seus acionistas.**

As publicitadas **lojas online** colocam à prova as capacidades de organização da operação/logística da marca CTT, com meios técnicos e humanos, que **não têm correspondido às legítimas exigências dos consumidores**, sem garantias que irão receber as encomendas, a tempo e nas condições expeáveis, **elevando o nível de insatisfação com preferência por outros operadores**. E quanto ao SPU, **os motivos de sempre**, atrasos elevados do correio normal, azul e até do registado, aumento dos extravios, tempos de espera elevados no atendimento.

E, segundo o BdP, o **Banco CTT** tem vindo a ser a **entidade mais reclamada** no crédito hipotecário.

- Face ao **clamor nacional de descontentamento com o mau serviço dos Correios**, a resposta da **administração dos CTT** passa por **uma operação de propaganda** de relações públicas e de gestão de danos reputacionais.

Mas, a **Destruição da Rede Pública Postal continua com a agregação de vários Centros de Distribuição Postal (CDP)** que abrange já locais em mais de uma dezena de Distritos. **O plano aponta para o fecho de cerca de metade de CDP**, afetando previsivelmente mais de cem localidades de todo o país e uns 2 mil trabalhadores.

É inaceitável esta **política de redução de cobertura de Rede Pública Postal, baseada em critérios economicistas, afetando os trabalhadores a nível socio labora** que têm de percorrer dezenas de quilómetros de distância das suas



XXIV CONGRESSO NACIONAL

residências, **origina perdas de ritmos de distribuição** de correspondências e encomendas **com chegada mais tardia dos objetos**, prejudica gravemente os clientes com necessidade de contactar o CDP para tratar de atrasos ou extravios, cada vez mais frequentes, em particular, **as pessoas com maior debilidade económica ou os idosos** com acrescidas dificuldades de mobilidade e acesso a transporte público, **limita a dinâmica da comunidade empresarial e em nada contribui para o desenvolvimento económico e revalorização do interior.**

Os CTT alienaram já diversos imóveis, no valor de algumas dezenas de Milhões de Euros. A constituição de um fundo imobiliário, "CTT IMO ", em parceria com o grupo Sonae, teve como objetivo a alienação do património dos CTT. Prova disso, é a anunciada alienação de 26,3% das ações deste fundo a vários investidores. **Um expediente de momento, altamente lesivo e irreversível que coloca definitivamente o património imobiliário dos CTT fora da alçada do SPU e das obrigações do Contrato de Concessão**, mas resultando, a prazo, numa **descapitalização brutal da empresa.**

- Desde o início da privatização, assiste-se ao sucessivo **Desinvestimento grave e continuado no Serviço Postal Universal**, abdicando da sua defesa, valorização e diversificação no quadro de um serviço essencial público e de interesse nacional e, logo, quando **é inequívoco que o grosso da atividade, das receitas e gerador de lucro dos CTT, ocorre no âmbito do SPU.**

É verdade que **volume de correio** está em declínio, mas a **taxa de queda em Portugal é superior à internacional, em parte devido à má gestão dos próprios CTT**: aumento excessivo de preços, afetação desproporcionada de recursos a outros negócios (o Banco) e má qualidade de serviço, que afastou ainda mais os clientes com impacto no tráfego e receitas.

Alarmante, é a **passividade de atuação da empresa** face à quebra do correio físico endereçado, que foi absorvida por **Operadores Concorrentes que privilegiam os grandes expedidores de correspondências.**



XXIV CONGRESSO NACIONAL

Acresce que, **não é com as parcerias com Postos Privados em sítios muito díspares –quiosques, papelarias, cafés, lojas de chineses, floristas, mercearias etc**, (com produtos e serviços SPU, pagamento de vales de pensões, avisados de objetos não entregues, expresso e encomendas) na área de influência das Lojas CTT e das que são reabertas, e que **não respeitam os requisitos técnicos exigidos pela ANACOM** (confidencialidade, inviolabilidade, espaço individualizado, acessibilidades, etc), **que se incrementa a receita** por falta de competência e apoio técnico. Mais, em termos estratégicos, não promove o crescimento do SPU pois não impulsiona uma dinâmica de negócio / relações comerciais como no atendimento postal da empresa com benefício na angariação de outros produtos e serviços (merchandising) das Lojas CTT. **Constitui uma perda de mais-valia do valor e da imagem da marca CTT no panorama da liberalização, incrementando o negócio de Terceiros (privados).**

Inequívoca a aposta na consolidação do Banco CTT, incorporando agora o PayShop, em detrimento do SPU, esvaziando de clientes as Lojas CTT, **pretendendo transformar a atividade postal como complementar à subsidiária Banco, quando deve ser exatamente o inverso.**

A necessidade, por parte da sociedade, dos serviços prestados no âmbito do Serviço Postal Universal (correspondências, encomendas, vales, serviços de governo e de proximidade, entre outros) não vai desaparecer tão cedo, e, **mesmo se com outras características, o SPU terá de continuar a ser assegurado** e o negócio continua a ser rentável, em Portugal e na maioria dos países.

E, a **pandemia demonstrou que os Correios são um instrumento de comunicação imprescindível e essencial na sociedade atual e para o desenvolvimento económico**, tal como em relação à internet. Mas, têm de estar interligados, ou seja, é necessário garantir que os serviços de correio entreguem as compras online a tempo e em condições nos domicílios. **O serviço postal tem de “caminhar” a par com a internet.**



XXIV CONGRESSO NACIONAL

- E, a **Distribuição de Dividendos** continua. Em 2021, mais 12,75M€ (76,3% do resultado líquido de 2020) quando o contexto atual de incerteza devido à pandemia impunha um racional prudencial.

Em 2021, o Conselho de Administração aprovou por unanimidade a implementação de um **Programa de Recompra de Ações próprias CTT** para proceder a extinção das mesmas, que **ascendeu a 8,25 milhões de euros e 1,5 milhões de ações dos CTT, programa que nos seguintes foi valorizando com mais compras massivas de ações, inflacionando de forma artificial o valor da ação, e por consequência o valor da empresa. Permitiu também aos acionistas obterem um maior dividendo.**

Mais recentemente o Conselho de Administração implementou um **programa de atribuição de rendimento variável (stock options), através de aquisição de ações, a atribuir a si próprio e quadros dirigentes.**

Uma medida de gestão deplorável, desastrosa e desconcertante quando se exige competência e resultados a todos e **não se valoriza quem na organização mais contribui para o sucesso dos CTT.**

Que pensarão os trabalhadores e os portugueses? Sobre esta **tomada de lucros dos que nunca perdem e tudo ganham.**

A anterior e atual gestão já tinham dado a entender que **o seu principal objetivo** é “encostar o Estado às cordas” na renegociação do Contrato de Concessão do SPU, obtendo **contrapartidas financeiras ou regulatórias de monta. Quanto mais degradada fosse a situação da empresa, maior seria a capacidade de chantagem dos CTT, no pressuposto que não haverá licitantes alternativos. Quanto mais tarde ocorrer a decisão de intervenção estatal, mais cara a solução ficará** - admitindo que ainda será possível recuperar o SPU, nos moldes que o país necessita.



XXIV CONGRESSO NACIONAL

Em simultâneo, a ameaça chega ao ponto dos CTT **reivindicarem menores exigências dos critérios de qualidade**, uma compensação **que contribuiria para agravar a degradação do serviço**, recompensando as ineficiências, e permitia a redução da quantidade de trabalhadores e o aumento da precariedade.

Conclusão:

- ▶ Crescentes constrangimentos institucionais, clima de confronto, estrutura de governação empolada, perda do capital de confiança por parte de todos os stakeholders da empresa (clientes, trabalhadores, população, autarquias e Regulador), agravamento transversal do clima laboral e nas operações (CDP e Centros de Tratamento) com marcações de vários plenários e greves,
- ▶ Garantir um Serviço Postal Universal, de qualidade, acessível e abrangente e uma gestão futura na defesa dos interesses dos portugueses e das estratégias de desenvolvimento Regional,
- ▶ Garantir o investimento sustentável no Serviço Postal Universal, valorização e diversificação no quadro de um serviço essencial público que, mesmo se com outras características, o SPU terá de continuar a ser assegurado. O negócio continua a ser rentável, em Portugal e na maioria dos países,
- ▶ Evitar a tempo a destruição irreversível da Rede Pública Postal, o agravamento da degradação da Qualidade do Serviço Público Postal cumprindo com as obrigações definidas no Contrato de Concessão,
- ▶ Está em risco o papel insubstituível dos CTT, enquanto garante de coesão social e territorial e a sua resposta às necessidades de vastos segmentos vulneráveis da população (idosos, isolados, pessoas com limitações motoras, não bancarizadas ou infoexcluídas) que abrangem 1,5 a 2 milhões de cidadãos “invisíveis”,



XXIV CONGRESSO NACIONAL

- ▶ A gestão aliena património, contrai empréstimos, descapitaliza a empresa, entrou em negócios ruinosos, caso notório da aquisição da 321 Crédito (ex BPN Crédito, por 150 M€, o quádruplo do preço pelo qual o Estado a tinha vendido, cinco anos antes), desinveste e desnata o core, por transferência de produtos e negócios rentáveis para o Banco CTT, continua a distribuir dividendos e a atribuir chorudos prémios ao CA e quadros dirigentes através do programa de stock options que obriga a empresa a recomprar ações para lhes serem atribuídas.
- ▶ Salvar a criação de Valor suportado em negócios robustos, ambiciosos e com capacidade de crescimento sustentado e de qualidade, face às oportunidades das dinâmicas de mudança e desafios emergentes do mercado e das necessidades dos consumidores, num mix físico-digital,
- ▶ Quanto mais tarde for a intervenção do Estado, mais cara ficará a solução.

Porto, 02 de dezembro de 2023

1º Subscritor

Francisco António Pereira Santos

Militante nº 172755

Membro Efetivo da Mesa da Assembleia Geral Militantes CTT - PS Porto